

IAOD do Deputado Lei Chan U em 21.07.2022

Melhorar as medidas de prevenção da epidemia e atingir rapidamente zero casos de infecção

Macau enfrenta a sua fase mais grave da pandemia desde o surto do novo coronavírus. A presente vaga caracteriza-se pela rápida propagação do vírus, com um grande número de pessoas infectadas e uma duração mais longa, e a ocorrência da primeira morte, sendo difícil o trabalho de prevenção e de controlo epidémico.

Para evitar a propagação do vírus, o Governo fechou os cinemas, salões de beleza, ginásios, bares e outros locais de entretenimento público, a partir das 17h do dia 23 de Junho, e proibiu todos os restaurantes de fornecer refeições no interior dos respectivos espaços. Mais ainda, por Despacho do Chefe do Executivo, foi ordenada recentemente a suspensão da actividade de todas as sociedades, entidades e estabelecimentos que exercem actividades industrial e comercial, entre as 00h00 do dia 11 de Julho e as 00h00 do dia 23 de Julho. Sob essas medidas de confinamento e de paralisação parcial, o número de novos casos diários de infecção, especialmente em meio comunitário, desceram significativamente, e a epidemia está a ser efectivamente controlada.

Através da epidemia, pode-se examinar o sistema de governação e a capacidade governativa do Executivo. Assim, o Governo tinha tomado as necessárias precauções antes da chegada da actual vaga epidémica e, nesse sentido, formulou o “Plano de Resposta de Emergência para a Situação Epidémica em Grande Escala do Novo Tipo de Coronavírus”, preparou um grande número de instalações de isolamento e tratamento, e elaborou vários preparativos para fazer face à pandemia. Mas, desde o início desta vaga, tem sido sucessiva a formulação e implementação de políticas e medidas desligadas da realidade. Por exemplo, as longas filas nos postos de testagem, porque os funcionários das indústrias do jogo e da construção foram obrigados a apresentar um certificado de teste de ácido nucleico negativo 48 horas antes de irem para o trabalho; o alojamento de indivíduos de diferente sexo num mesmo espaço em hotéis de quarentena; e mais de dez horas de espera para examinação em hospital de campanha são situações que estão a corroer a confiança dos residentes no Governo. É claro que desta vez a situação epidémica é extremamente grave, e todos os departamentos governamentais e respectivos funcionários estão sob enorme pressão, sendo assim inevitável que haja omissões no seu trabalho. Porém, os detalhes determinam o sucesso ou o fracasso, especialmente desta vez, visto que o vírus se tem espalhado rapidamente e uma pequena negligência pode resultar em sério risco de propagação da epidemia.

Espero que, com o actual surto, o Governo proceda a uma reavaliação, e balanço e melhoria, de forma contínua, das várias medidas antiepidémicas, e

acelere o aperfeiçoamento das que revelaram deficiências no trabalho anterior de prevenção e controlo, por exemplo, a estabilidade do sistema do código de saúde, os critérios e procedimentos de confinamento e desconfinamento das áreas de código vermelho e amarelo, os trabalhos de limpeza e desinfecção dessas áreas, o tratamento médico para os pacientes nas áreas de código vermelho, o suporte de bens essenciais para os residentes nas áreas de código amarelo, as medidas de prevenção epidémica nas áreas de código vermelho e nos hotéis de observação, e o esclarecimento sobre as políticas de prevenção e de combate à epidemia, etc.

É necessário fortalecer a confiança para combater a epidemia e construirmos uma linha de defesa juntos no mesmo barco. Actualmente, a epidemia entrou num período crítico de erradicação, por isso apelo a todos para continuarem a cooperar com o Governo, permanecendo em casa para prevenir e combater a epidemia. Para impedir a propagação do vírus, é preciso, pois, haver menos reclamações e mais tolerância, menos incumprimento das regras e mais cooperação. Todos os sectores da sociedade devem trabalhar em conjunto na política dinâmica para se conseguir zero casos de Covid o mais rápido possível, criando condições para a recuperação económica e o regresso dos moradores à vida normal.

Por fim, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos os que, desde o início, estão a cumprir as suas funções na prevenção e controlo da epidemia, mantendo o funcionamento necessário da sociedade e assegurando o que é essencial à vida da população.

Ponderar, em tempo oportuno, o levantamento das restrições para a instalação de máquinas POS nos estabelecimentos comerciais

No passado, por razões diversas, os turistas do Interior da China usavam cartões bancários emitidos no Interior da China para efectuar consumo, transacções e “encashment” em Macau, de modo a satisfazer as suas necessidades de consumo. Esta prática foge às exigências de controlo cambial do Estado e não está em conformidade com as normas sobre as transacções de consumo com cartões bancários emitidos por instituições bancárias ou bancos emissores. Atendendo ao grande número de turistas e transacções, ao elevado montante envolvido e aos dados da AMCM – em 2013, o valor das transacções com o cartão UnionPay chegou a atingir 180 mil milhões de patacas, valor superior ao das transacções no mesmo período em Hong Kong, e a referida situação despertou a atenção de todos.

Para criar um ambiente seguro de pagamento transfronteiriço e aperfeiçoar o sistema de prevenção e controlo de riscos financeiros transfronteiriços, a AMCM e as instituições bancárias de Macau adoptaram, a partir de 2015, medidas de controlo: confirmação da identidade dos titulares dos cartões bancários do Interior da China através de “KYC” nas máquinas ATM no levantamento de numerário, e nas máquinas POS nas transacções de consumo; definição de zonas de alto risco para o consumo com cartões em máquinas POS (zonas comerciais em volta dos casinos) e de sectores de alto risco (lojas de bens de luxo caros e de produtos como *ginseng*, chifres de veado e delícias do mar, etc.), proibindo a instalação de máquinas POS ou autorizando-a só nas lojas da respectiva lista, após apreciação e aprovação rigorosa; controlo rigoroso do consumo com cartões através dessas máquinas, etc. Sob a forte fiscalização dos serviços competentes e a adopção de diversas medidas, reprimiu-se eficazmente a prática de actos de “encashment” por consumo com cartões bancários do Interior da China. Passados vários anos, o mercado turístico de Macau sofreu grandes mudanças, o consumo e o “encashment” com cartões já diminuíram e a indústria de cartões voltou ao seu normal, e a alteração da lei do jogo, recentemente aprovada em Junho, vai permitir que este sector se desenvolva de forma mais regulamentada e saudável.

Macau é uma cidade turística, que conta, principalmente, com turistas do Interior da China. O pagamento móvel está a ser cada vez mais aperfeiçoado, mas as transacções para consumo de montante elevado continuam a ser feitas com cartões bancários, por isso, é necessário melhorar o ambiente de consumo dos turistas através de cartões. O sector considera que os serviços de fiscalização devem ponderar o levantamento, em tempo oportuno, das restrições impostas à instalação de máquinas POS nas lojas que funcionam de forma legítima, para ajudá-las a melhorar a sua exploração; e que devem fazer uma boa fiscalização e, caso haja irregularidades, devem combatê-las rigorosamente, sem tolerá-las.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Exorto as autoridades a relaxar, em tempo oportuno, as restrições, e a ajustar as medidas de controlo para as zonas e os sectores de alto risco, permitindo que os estabelecimentos comerciais que exercem actividades normais e com lealdade instalem máquinas POS para cartões bancários, facilitando a sua utilização pelos turistas, elevando a experiência de compra dos consumidores em todos os aspectos e estimulando a vitalidade do sujeito principal do mercado.

2. Após o levantamento das restrições, deve-se aproveitar a análise de megadados para realizar bem os trabalhos de inspecção de transacções com cartões bancários e de elaboração de relatórios sobre transacções suspeitas de grande montante. Em relação às oscilações anormais das contas, como transferência de fundos “de alta frequência de pequenos montantes” e depósito anormal de grandes montantes através de cartões de crédito, pode-se aproveitar a tecnologia de megadados dos bancos para fazer previsões e alertas de riscos, para assegurar o funcionamento estável e saudável do sistema financeiro.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 21.07.2022

Criar mais postos de trabalho para combate à epidemia a fim de apoiar os trabalhadores locais a encontrarem emprego

A epidemia teve um grande impacto na economia de Macau, afectando directamente o emprego dos residentes. Nos últimos anos, a taxa de desemprego dos residentes subiu até 4,4 por cento, prevendo-se que a taxa de desemprego destes continue a aumentar. São muitos os residentes em situação de subemprego e de licença sem vencimento, e os recém-graduados estão a entrar no mercado de trabalho, por isso o Governo deve lançar medidas de apoio ao emprego e, tendo em conta a actual situação epidémica e o ambiente de emprego, criar mais e diferentes postos de trabalho para apoiar os residentes, especialmente para os que concluíram nos últimos anos os seus estudos encontrem emprego.

Há dias, houve empresas que contrataram um grande número de trabalhadores para a recolha de amostras de ácido nucleico para dar resposta ao trabalho de combate à epidemia promovido pelo Governo da RAEM, o que atraiu a candidatura de muitos residentes qualificados. Mas muitos trabalhadores não residentes foram contratados ao mesmo tempo para postos relevantes, havendo insuficiência de trabalho para os locais. O Governo explicou os motivos, enfatizando que os residentes têm prioridade no emprego, mas não conseguiu dissipar as preocupações da sociedade em geral. Com a normalização da epidemia, a sociedade concorda com a criação de postos de trabalho para o seu combate, a fim de melhorar os trabalhos de prevenção e, ao mesmo tempo, contribuir para o emprego dos residentes. Mas há que garantir a prioridade dos residentes no acesso ao emprego, e os trabalhadores não residentes só podem servir como complemento, com um mecanismo de saída dos postos de trabalho, e há que desempenhar bem o trabalho de formação dos trabalhadores locais e aumentar a capacidade de combate à epidemia em Macau, bem como a reserva de pessoal.

Devido ao impacto da epidemia em Macau, o Governo da RAEM iniciou um programa de testes frequentes de ácido nucleico para toda a população, criando várias zonas de código vermelho e hotéis de quarentena, o que exige um grande número de trabalhadores para apoiar os respectivos trabalhos. Muitas associações, voluntários e funcionários públicos dos diversos serviços estão na linha da frente, ajudando a fazer o registo nos postos de testagem, mantendo a ordem, e apoiando o trabalho de subsistência nas zonas de código vermelho, como: apoio na inspecção dos residentes, distribuição de materiais de subsistência, desinfectação e despejo de lixo, entre outros, contribuindo para a prevenção da epidemia. Em face da normalização da epidemia, os trabalhadores envolvidos têm de voltar aos seus postos de trabalho, para se regressar ao normal funcionamento da sociedade. Sugere-se às autoridades que criem mais postos de trabalho para combater a epidemia, como: pessoal para fazer o registo nos postos de testes de ácido nucleico, seguranças, empregados de limpeza, chefias nos postos de testes e distribuidores de materiais, etc., e que contratem, através de empresas, mais residentes para os referidos postos para melhorar o emprego e, ao mesmo tempo, desenvolver bem os trabalhos de prevenção da epidemia.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 21.07.2022

Aperfeiçoar as garantias dos trabalhadores e voluntários durante a epidemia

Registou-se o maior surto de sempre de Covid-19 em Macau, constituindo um grande teste para a economia, sociedade, vida da população, e também para a segurança pública. Para combater a epidemia, o Governo implementou várias medidas de prevenção e controlo, tais como “o teste de ácido nucleico de alta frequência em massa” e o “confinamento parcial”, e todo o trabalho deve-se aos esforços dos trabalhadores, profissionais de saúde, funcionários públicos, voluntários da sociedade civil e de diversas associações, equipa médica de apoio do Interior da China e pessoal que mantém a sociedade a funcionar, todos eles dando os seus maiores esforços e contributos para a saúde e necessidades da população. Aproveito esta oportunidade para lhes agradecer do fundo do meu coração! Ao mesmo tempo, apelo aos cidadãos para colaborarem com as orientações de prevenção da epidemia, para que a sociedade possa voltar quanto antes à normalidade.

O objectivo principal da minha intervenção de hoje é apelar ao Governo para prestar atenção às garantias dos trabalhadores e voluntários durante a epidemia, que devem ter quer turnos de trabalho e regalias mais justos, quer apoio adequado e tempo de descanso suficiente. Relativamente à impossibilidade de trabalhar quando se tem código de saúde de cor vermelha ou amarela ou se está de quarentena, segundo a resposta da DSAL sobre as “Questões do âmbito laboral que envolvem o novo tipo de coronavírus”, os empregadores só pagam salários quando, a seu pedido, os trabalhadores prestam serviço em áreas de risco. Considero que isto não é justo, pois os rendimentos dos trabalhadores devem estar protegidos. Portanto, solicito ao Governo que reveja e aperfeiçoe este regime, e apelo aos empregadores para reconhecerem que estamos todos no mesmo barco e apoiarem mais os trabalhadores afectados.

Quanto aos voluntários que participam nas acções de combate à epidemia com espírito de sacrifício, o Governo deve criar um regime para lhes disponibilizar melhores garantias. O regime jurídico dos acidentes de trabalho só protege o pessoal especializado, os voluntários só têm seguro de vida e assistência médica, portanto, se forem infectados ou sofrerem algum acidente que lhes traga prejuízos económicos ou incapacidade para o trabalho, os prejuízos são suportados pelos próprios. Recentemente, um voluntário foi agredido num posto de ácido nucleico, uma situação que é preocupante, portanto, espero que o Governo, para além de fornecer equipamentos de protecção e formação, aperfeiçoe as medidas de apoio e crie um regime de protecção para os voluntários.

Em resposta ao risco epidémico, foi implementado o regime de gestão em circuito fechado para os trabalhadores dos hotéis de quarentena, dos lares de idosos e das instituições de reabilitação e de desintoxicação, entre outras, e muitos deles estão a sofrer grande pressão, por não terem boas condições de descanso e não poderem regressar a casa para cuidar dos seus idosos e crianças. Espero que as autoridades continuem a preocupar-se com as condições físicas e psicológicas destes trabalhadores, se esforcem para melhorar as suas condições de trabalho e de descanso, e os apoiem de forma justa e adequada no que respeita aos turnos.

IAOD dos Deputados Ngan Iek Hang e Ho Ion Sang em 21.07.2022

Sobre a saúde mental dos residentes e o apoio às famílias sob a epidemia

Já passou mais de um mês desde que começou este grande surto de Covid, em Junho. Com a cooperação da população, as sucessivas rondas de testes de ácido nucleico em massa e as medidas de “confinamento parcial” têm sido eficazes nesta fase, e a tendência de novas infecções na comunidade abrandou.

Contudo, devido à incerteza da situação epidémica, muitos trabalhadores enfrentam redução dos seus rendimentos devido à suspensão do trabalho ou são forçados a tirar licenças sem vencimento, pondo em risco os seus meios de subsistência, com os enormes encargos económicos a acarretar várias preocupações. A luta constante contra a epidemia e as informações complicadas sobre a mesma estão a cansar muitos residentes. Com excepção dos envolvidos na luta contra a epidemia e de algumas indústrias que precisam de trabalhar durante este período de confinamento parcial, os residentes têm de ficar em casa, só podem sair para fazer os testes de ácido nucleico, para comprar alimentos e para consultas médicas, reduzindo assim grandemente as possibilidades de relaxamento, especialmente a pressão de cuidar de idosos, crianças, e pessoas portadoras de deficiência e doentes, que é particularmente forte nas famílias em que ambos os cônjuges trabalham. Os residentes que estão sob constante pressão ao nível económico, da aprendizagem, do trabalho, e dos cuidados com as famílias correm um risco elevado de desenvolver problemas de saúde mental. É também necessário prestar atenção à situação psicológica dos residentes nas zonas de controlo selado, pois em algumas destas, a duração do confinamento foi prolongada devido a mudanças na epidemia, e é fácil o surgimento de emoções negativas, uma vez que as expectativas dos residentes são frustradas.

Sugere-se então que o Governo continue a reforçar os serviços relacionados com a saúde mental, para ajudar mais residentes a aliviar as suas emoções, e ofereça mais cursos relacionados com a saúde mental através da televisão, rádio e plataformas *online*, para orientar os residentes a libertarem o stress e a afastarem energias negativas.

Ao mesmo tempo, podem ser lançados programas e actividades *online* mais interessantes, tais como artesanato, culinária e exercício físico, para enriquecer a vida dos residentes em casa, especialmente porque as actividades de Verão foram canceladas. Sugere-se o reforço do apoio familiar, com a introdução de cursos e actividades educativas *online* para crianças, jovens adolescentes e pais, e recomendações sobre listas de livros e filmes adequados para as crianças, para que os pais possam encontrar recursos para alargar os horizontes dos seus filhos e enriquecer as suas férias de Verão. Espera-se que o Governo estude a situação e optimize a sua política de prevenção de epidemias, para que a epidemia termine rapidamente e a comunidade possa voltar ao bom caminho com a maior brevidade possível.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 21.07.2022

Colmatar as lacunas da prevenção epidémica evitando que os resultados adquiridos sejam em vão

Esperar que as autoridades tomem a iniciativa de salvaguardar o emprego para a população ficar tranquila

Esta vaga do surto epidémico, em termos de influência, duração e número de infectados, excedeu muito as do passado. Mas, com o esforço de todos os sectores da sociedade na prevenção da epidemia, e após mais de dez dias de “estado relativamente estático”, houve uma redução do número de casos. Aproveito esta oportunidade para expressar os meus votos de saudação a todos os trabalhadores que se mantêm nos seus postos de trabalho e se esforçam, sem descanso, por cumprir as missões de prevenção da epidemia e manter a sociedade em funcionamento! Também apresento os mesmos votos aos cidadãos que colaboram constantemente na prevenção da epidemia e aos que se apoiam mutuamente. Espero que as autoridades e a população, em conjunto, possam rapidamente vencer a “guerra” contra o “demónio da epidemia”. Mais, neste momento crucial, o Governo deve procurar medidas para colmatar as lacunas e evitar que os esforços da população sejam em vão.

As autoridades já reagiram e deram acompanhamento a alguns casos de infecção colectiva que surgiram em alguns hotéis de observação médica ou durante a aplicação das medidas de combate à propagação do vírus nas zonas de código vermelho, e a sociedade compreendeu que os trabalhos de apoio nas zonas seladas ou nos locais de isolamento não são fáceis, mas, mesmo assim, devido ao aparecimento de muitos problemas, por exemplo, impossibilidade de desbloqueamento das zonas de código vermelho na data prevista devido ao contínuo aparecimento de casos, as autoridades, com vista a evitar a “explosão” da epidemia no “círculo” em causa, o que poderia afectar os resultados do combate em geral, têm a responsabilidade de reforçar, em prol dos cidadãos, o rigor dos trabalhos, tomando a iniciativa de efectuar acções de inspecção para descobrir, o mais cedo possível, se há ou não pessoas que praticam ilegalidades, senão, os residentes em isolamento e o pessoal de apoio vão passar a correr mais riscos de infecção, a vida dos residentes vai ser gravemente prejudicada e, no final, a pressão dos trabalhadores de apoio à subsistência das pessoas isoladas vai aumentar. Espero que as autoridades continuem a otimizar os trabalhos de prevenção epidémica nas zonas de alto risco, colmatando rapidamente as lacunas.

Mais, o Governo deve aplicar todos os esforços para impulsionar a recuperação económica e estabilizar o emprego. Muitas empresas suspenderam as actividades ou passaram a funcionar de forma limitada devido à prevenção da epidemia, por isso, muitos trabalhadores tiveram de entrar em licença sem vencimento e os seus rendimentos sofreram reduções, ou até alguns ficaram desempregados, portanto, as famílias que saíram afectadas são muitas e a sua vida não é nada fácil. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, até ao 1.º trimestre deste ano, estavam desempregadas cerca de 13

000 mil pessoas; os desempregados há mais de quatro meses atingiram quase 6400 (cerca de 50 por cento), e os com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos atingiram 7200, ocupando grande peso no número de desempregados, e muitos deles têm a seu cargo familiares idosos e crianças, por isso estão muito preocupados. Face ao actual ambiente económico, é cada vez mais difícil para os residentes conseguirem emprego, alguns deles deparam-se com o fenómeno de “desemprego estrutural”, os recém-formados estão muito preocupados, e a situação de desemprego está a agravar-se. Mas um conjunto de medidas de apoio aos desempregados, como cursos de formação subsidiados e sessões de recrutamento para colocação profissional, também foi suspenso devido à epidemia, o que dificulta a prestação atempada e eficaz de apoio aos desempregados.

Com a epidemia a ser controlada gradualmente, é possível que as actividades na sociedade regressem à normalidade, por isso, solicito às autoridades que recorram a diversos meios para revitalizar a economia de Macau e, mais, devem preparar-se bem para a recuperação económica após a epidemia e prestar apoio no emprego dos residentes, nomeadamente, quanto às vagas que vão surgir nas acções de prevenção epidémica e nos projectos alvo de adjudicação pública, devem retomar, rapidamente, os trabalhos de oferta de emprego *online* ou presencial, e proporcionar a correspondente formação, criando desse modo mais oportunidades de emprego. Mais, através da fiscalização do Governo, deve ser concretizada a exigência legal de “dar prioridade à contratação de trabalhadores locais”, aliviando desse modo as actuais dificuldades na procura de emprego, e espera-se que o Governo consiga, de forma eficaz, “garantir o emprego e tranquilizar a população”.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 21.07.2022

Todos unidos para consolidar os resultados obtidos na prevenção da epidemia

Macau está a passar pela situação mais grave dos últimos dois anos, com grande impacto para a economia e a vida da população. O confinamento parcial, implementado pelo Governo a partir das 0 horas do dia 11 de Julho, já surtiu efeitos, e com o esforço do pessoal da linha de frente, dos voluntários e do pessoal de apoio do Interior da China, e com a colaboração dos cidadãos, os casos de infecção na comunidade diminuíram significativamente face ao dia 11 de Julho, portanto, os trabalhos de combate à epidemia merecem o nosso reconhecimento. Quero dirigir os meus sinceros agradecimentos a todos os trabalhadores da linha de frente, voluntários e profissionais de saúde que vieram do Interior da China para apoiar Macau.

Atendendo às incertezas durante o combate à epidemia, o Governo deve rever continuamente os problemas e otimizar as medidas, com vista a consolidar os resultados que não foram fáceis de conseguir. Por exemplo, no Hotel *Parisian*, que é um hotel de observação médica, registaram-se dezenas de casos de infecção de trabalhadores em circuito fechado e dalguns hóspedes, situação que nos preocupa.

De facto, o surto epidémico nalgumas cidades começou nos hotéis de observação médica. O vírus *Omicron* é altamente contagioso e transmite-se pelo ar, o que dificulta bastante a prevenção. Os hotéis de observação médica não conseguem satisfazer os requisitos das enfermarias de isolamento de pressão negativa dos hospitais, mas há, com certeza, aspectos que podem melhorar. Segundo alguns cidadãos, após o surto no *Parisian* devido às lacunas no combate à epidemia, 144 pessoas que tinham concluído a observação médica tiveram de voltar para o hotel, o que as perturbou bastante; e entre essas 144 pessoas, algumas tinham tido resultado negativo no teste de ácido nucleico, e foram depois infectadas no hotel. Muitos dos residentes que voltaram ao isolamento no *Parisian* têm medo de ser infectados e estão física e psicologicamente cansados, por estarem sempre nervosos.

No ano passado, o Governo contratou o Hospital da Universidade de Ciência e Tecnologia como entidade terceira de supervisão, para a fiscalização e inspecção aos hotéis de observação médica e apresentar opiniões, mas segundo as informações, os hotéis inspeccionados não incluem o *Parisian*, e só após o surgimento dos referidos casos é que o Governo incumbiu o referido Hospital de o inspecionar, portanto, existem falhas na fiscalização do Governo.

Espero que o Governo dê atenção a este caso de surto no hotel de observação médica, exorte a entidade de fiscalização médica a investigar, quanto antes, as lacunas e os riscos nos hotéis de observação médica, para melhorar atempadamente as instruções, e fiscalize a implementação de medidas de melhoria pelos hotéis.

Algumas pessoas não cumprem as normas do confinamento parcial. Segundos os

dados, até ao dia 17, registaram-se, todos os dias, mais de 500 casos de aconselhamento e várias acusações devido à violação da Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis. Apelo, aqui, aos cidadãos, para cumprirem rigorosamente as instruções de prevenção da epidemia e para não desafiarem a lei.

Na minha opinião, para concretizar a política de “zero casos”, é necessário que o Governo reveja, ajuste e melhore as medidas, sendo também necessárias a colaboração e a tolerância dos cidadãos. Espero que o Governo continue a ser determinado e decisivo na adopção de medidas de prevenção e controlo da epidemia, para cortar a cadeia de transmissão, alcançando-se, assim e quanto antes, a meta de “zero infecções”.

IAOD dos Deputados Ma Io Fong e Wong Kit Cheng em 21.07.2022

Controlo rigoroso e coordenação adequada para atingir, quanto antes, o objectivo “zero infeções”

Já se passou um mês desde o início do novo surto, mas o Governo adoptou rapidamente medidas de combate à pandemia, avaliadas de forma científica e dinâmica, o pessoal da linha de frente manteve-se nos seus postos de trabalho, a população colaborou activamente, e os casos confirmados na comunidade apresentam uma tendência de redução significativa, o que demonstra que os trabalhos têm sido eficazes. Queremos agradecer a dedicação e o empenho dos diversos sectores da sociedade na protecção de Macau, nosso lar saudável.

Após várias testagens em massa, testes rápidos de antigénio, medidas rigorosas de prevenção e controlo por zonas, confinamento parcial, etc., Macau encontra-se numa fase crucial do período “zero infeções”, e é necessária a colaboração da população para se atingir, quanto antes, a “meta zero infeções” e entrar no “período de consolidação”. O Governo tem ajustado e aperfeiçoado as medidas de prevenção, face à evolução da pandemia, mas tendo em conta a forte transmissão, a rápida velocidade de transmissão e a forte ocultação da Ómicron BA.5, apesar de haver uma redução significativa de novos casos positivos por dia, não se pode afrouxar a prevenção. Assim, apresentamos as seguintes sugestões:

1. Controlo rigoroso das zonas seladas. Muitos casos foram detectados na fase de gestão e controlo, mas os casos esporádicos encontrados na comunidade podem aumentar o número de zonas vermelhas e amarelas, e em algumas zonas de controlo selado, tais como na Areia Preta, Iao Hon, San Kio, etc., também se registaram muitos casos de infeção. Proponho ao Governo que fiscalize, com rigor, os trabalhos de prevenção nos hotéis de observação médica, colmatando as lacunas; reforce a limpeza e desinfecção nas zonas vermelhas e amarelas e nas zonas circundantes com más condições de higiene; reforce o controlo do pessoal nas zonas vermelhas e, quando necessário, transfira os moradores dessas zonas para os hotéis de observação médica, para uma gestão e controlo concentrados; e, ao mesmo tempo, preste mais apoio quotidiano às pessoas das zonas vermelhas e amarelas.

2. Elevar a eficiência das investigações epidemiológicas. A fim de encontrar com precisão as características e a distribuição, as zonas e as formas de transmissão dos casos confirmados, de elevar a eficiência das investigações epidemiológicas e de cortar atempadamente a transmissão na comunidade, propomos a aplicação obrigatória do “código de local” em articulação com o *Macau Pass* e as plataformas de pagamento electrónico, para se acompanhar mais rapidamente os itinerários, se preparar bem a entrada no “período de consolidação”, e a sociedade poder voltar à normalidade.

3. Aumentar a conveniência dos testes de ácido nucleico. A testagem em massa é um meio importante para impedir a cadeia de transmissão na comunidade, e o que merece o nosso reconhecimento é que, com a otimização contínua dos postos de testagem e a elevada colaboração dos cidadãos, o tempo de espera foi encurtado significativamente. Mas esta tarefa exige continuidade, mesmo depois do “período de consolidação”. Sugiro às autoridades que melhorem continuamente os seus trabalhos, por exemplo, através do aumento dos postos de testagem, dos veículos itinerantes e dos postos móveis nas zonas de lazer, a fim de facilitar a testagem dos residentes nas proximidades ou no local onde vivem; e em relação aos grupos especiais, crianças, grávidas e pessoas mais fragilizadas, pode estudar-se o ajustamento da frequência da testagem e a viabilidade de isentá-las de testes.

4. Prestar atenção aos trabalhadores do combate à pandemia. Desde o surto, todos os cidadãos trabalham no combate à pandemia, quer os trabalhadores que se mantêm nos seus postos, quer os que colaboram a partir de casa, todos estão empenhados nos trabalhos de combate à pandemia. Sugerimos que prestem mais atenção às necessidades físicas e psicológicas das pessoas, mobilizando atempadamente o pessoal necessário para as unidades de combate à pandemia, no sentido de reduzir a pressão do trabalho; criem mecanismos de prémios e subsídios para incentivar o pessoal na luta contra a pandemia; e reforcem os serviços de apoio comunitário e psicológico aos cidadãos, a fim de reduzir o cansaço com a epidemia.

5. Tomada de decisões científicas e dinâmicas. O Governo deve, de acordo com a evolução da pandemia e atempadamente, proceder ao balanço da experiência ao longo deste mês, acolher as opiniões de especialistas e da sociedade, actualizar e aperfeiçoar, de forma contínua, o Plano de resposta de emergência para a situação epidémica de Covid-19 em grande escala, e divulgar, à sociedade, as medidas preventivas através de diversas formas; e a população deve continuar a colaborar com as medidas de prevenção que o Governo ajusta dinamicamente de acordo com a evolução da pandemia, estar atenta às informações divulgadas pelo Governo sobre a prevenção da pandemia, e insistir em não transmitir, acreditar e divulgar rumores.

Por fim, exortamos mais uma vez os diversos sectores da sociedade a persistirem, neste momento crucial do combate à pandemia, cumprindo os seus deveres e lutando em conjunto contra a mesma, para a sociedade poder recuperar, rapidamente, a normalidade, e construir em conjunto uma cidade próspera e saudável.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 21.07.2022

Há que investigar, plenamente, a autorização, concedida no próprio dia a uma empresa que não realizou o devido concurso público, de mais de uma centena de quotas de TNR para a recolha de amostras para testes de ácido nucleico, e esclarecer o público

Segundo reportagens, alguns trabalhadores da linha de frente nos postos de testes de ácido nucleico perderam o seu trabalho, por terem sido substituídos por trabalhadores não residentes (TNR), daí a suspeição de a DSAL não concretizar o princípio de dar prioridade aos locais no acesso a emprego. Mais, recebi também vários pedidos de ajuda e opiniões apresentados presencialmente por diversos trabalhadores dos postos de testes de ácido nucleico.

Segundo a resposta aos média de uma das instituições responsáveis pelos testes, a fim de colmatar a falta temporária de quadros locais especializados na recolha de amostras, o Governo autorizou, há dias, o pedido para obter 100 quotas de trabalhadores oriundos do Interior da China, que são tidas como reserva, por forma a assegurar o funcionamento de oito veículos itinerantes de colheita de amostras e de cinco postos de testes de ácido nucleico. Actualmente, a empresa já contratou 239 trabalhadores locais para a recolha de amostras e, diariamente, há cerca de 130 postos de trabalho para eles, portanto, por dia, há cerca de uma centena desses locais sem trabalho.

Mas, segundo a versão que circula amplamente na internet, a empresa em causa requereu, em 4 de Julho, 100 quotas para auxiliares na recolha de amostras e 30 para auxiliares da área laboratorial, requerimento que recebeu, no mesmo dia, a autorização da DSAL, cujo prazo de validade vai até 10 de Julho do próximo ano e no âmbito da qual é apenas exigida a manutenção do número de trabalhadores locais igual ou superior a 33 durante o respectivo prazo de validade. Mais, a veracidade dessa autorização relativa às quotas de TNR nunca foi negada pela empresa em causa nem pela DSAL.

Depois da suspeição suscitada no seio da sociedade, a DSAL emitiu, apressadamente, uma nota de imprensa, alegando o seguinte: a partir do início de Julho de 2022, foi dado apoio constante às três instituições de testes na contratação do respectivo pessoal, tendo sido realizadas duas sessões de colocações *online*. Mas, depois de consultadas as informações, quer dos jornais quer relativas à contratação em causa disponibilizadas na página electrónica da DSAL, verifiquei que tal só foi lançado depois da autorização das quotas de TNR pela DSAL no próprio dia do respectivo pedido ou até depois de ser suscitada a suspeição na sociedade, portanto, uma medida para remediar a situação.

É de referir que, já que a empresa alegou ter contratado 239 locais para a recolha de amostras e diariamente haver apenas 130 postos de trabalho para o respectivo pessoal, é então desnecessária a contratação de mais TNR. Todavia, segundo vários trabalhadores locais responsáveis pela recolha de amostras, depois da chegada dos TNR que asseguram o

mesmo trabalho, o volume de trabalho dos locais diminuiu drasticamente e estes passaram a suplentes!

Nesta vaga da pandemia, já foram realizadas 10 testagens a toda a população e, até ao momento, a situação pandémica já persiste há cerca de três anos, assim, já foi acumulada certa experiência na organização das testagens a toda a população. Em especial, com a normalização dos testes de ácido nucleico, o principal trabalho que o Governo tem actualmente é precisamente o de encontrar uma forma de, sistematicamente, formar, contratar e criar uma reserva dos quadros especializados na recolha de amostras.

Mais, segundo o pessoal da área da saúde, nos últimos três anos, foram formados pelas instituições locais de ensino superior desta área cerca de 300 a 400 alunos que satisfazem os requisitos relativos ao pessoal de recolha de amostras e que ainda não têm emprego, número que ainda não abrange os graduados da área de medicina que estudaram fora de Macau. Assim, o certo é que há várias pessoas interessadas em trabalhar como auxiliares na recolha de amostras, cujo salário vai de 14 a 16 mil patacas, ou como pessoal de recolha de amostras, com um salário de cerca de 25 mil. Contudo, as antigas tentativas de contratação só falharam porque as condições oferecidas por alguma instituição eram demasiado baixas.

O presente caso reflecte, mais uma vez, o seguinte: antes da autorização das quotas de TNR, a DSAL nunca analisou a situação dos recursos humanos locais relativos ao pessoal de recolha de amostras, não cumpriu os respectivos mecanismos de exigir à instituição em causa a realização de um concurso público, e autorizou, no próprio dia, mais de uma centena de quotas de TNR, o que é uma violação total das suas atribuições legais de fiscalizar as empresas no tocante à contratação prioritária dos locais. Assim, o Governo tem de avançar com uma plena investigação e esclarecer o público!

Como a empresa em causa já contratou um número excessivo de trabalhadores locais para recolha de amostras, solicito fortemente às autoridades que cancelem, nos termos legais, todas as quotas de TNR e esclareçam a situação da contratação local dos 30 auxiliares da área laboratorial. Mais, este tratamento deve também ser adoptado para as demais instituições de testes, bem como para as restantes funções de trabalho não médico nos postos de testes de ácido nucleico, para assegurar que, numa altura em que é mais adversa a situação económica, as oportunidades de emprego sejam reservadas para os locais.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 21.07.2022

O desenvolvimento do governo electrónico de Macau

No dia 1 de Julho, nas comemorações do Estabelecimento da Região Administrativa Especial de Hong Kong, o Presidente Xi Jinping referiu quatro pontos, e o primeiro é a elevação do nível da governação por parte do governo daquela Região Administrativa Especial, o qual também se aplica a Macau. Durante a epidemia em Macau, o Governo procedeu oportunamente a ajustamentos, suspendeu as actividades industriais e comerciais não indispensáveis à subsistência, e com os esforços conjuntos da população e dos estabelecimentos comerciais, a situação atenuou. A prevenção da epidemia está numa fase crucial, por isso, as autoridades prolongaram as medidas de prevenção até à meia-noite do dia 23, para reforçar o controlo da epidemia, atingir a meta “zero casos”, e restabelecer, de forma ordenada, a passagem fronteiriça com a China. Esta epidemia é um teste para o Governo e para o conceito de governação científica. Espero que as autoridades continuem a elevar o nível científico da prevenção e controlo, melhorem as medidas de prevenção e controlo da epidemia, para, com os esforços da população, se ultrapassar, em conjunto, este tempo de adversidade, e se receber a chegada duma nova aurora.

Com a prevenção da epidemia, muitos serviços públicos foram suspensos, promovendo-se assim directamente a construção da cidade inteligente e o desenvolvimento do governo electrónico. Com a normalização da prevenção, a aplicação de tecnologias inteligentes no funcionamento da cidade e a prestação de serviços públicos *online*, o tratamento das formalidades a partir de casa passou a ser uma tendência, capaz de evitar a estagnação da cidade. Nos últimos anos, o Governo tem promovido tudo isto activamente, porém, ainda há que melhorar a partilha de dados. Segundo muitos residentes, o seu código foi alterado para vermelho devido a erro na declaração da morada ou por não alteração da morada, concluindo-se que não há troca de informações entre os serviços. Quando se altera a morada é preciso informar os serviços públicos um a um, e quando estes não disponibilizam serviços *online*, os residentes têm de se deslocar pessoalmente ao local, o que é uma inconveniência.

A “qualidade, eficiência e conveniência para os cidadãos” são os objectivos de acção governativa da Administração Pública. O Governo deve elevar o nível de conveniência, acelerar a construção de uma cidade inteligente, e melhorar continuamente o modelo de gestão da Administração Pública. Face à normalização da prevenção da epidemia, o Governo deve, quanto antes, aprofundar a reforma do governo electrónico, reforçar a capacidade de resposta, concretizar o mecanismo de intercomunicação e de troca de informações interserviços, e melhorar a “Conta única de acesso comum” para os cidadãos poderem, por esta via, utilizar os serviços electrónicos, valorizando a gestão das tecnologias inteligentes. Aquando da definição das medidas de prevenção da epidemia, o Governo deve ter por base a população, e tomar decisões científicas para prevenir e controlar a epidemia, aumentando a confiança da população. Só com os esforços conjuntos da sociedade é que será possível impedir a propagação da epidemia e retomar, rapidamente, a normalidade.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 21.07.2022

Seguir a política de consolidação e estabilização económica apresentada pelo Conselho de Estado para assegurar a auto-suficiência da circulação interna da economia comunitária de Macau

O número de casos confirmados continua a descer com o confinamento parcial, medida que foi eficaz para impedir a propagação em massa do vírus na comunidade, demonstrando a eficácia dos trabalhos do Governo para prevenção da epidemia. Apelo aqui ao Governo para assegurar a circulação interna da economia comunitária e manter, no mínimo, a vitalidade económica dos bairros comunitários, mesmo não sendo permitida a passagem da fronteira, para apoiar os residentes e as empresas a ultrapassarem as dificuldades, evitando o desemprego e encerramentos em massa. Mais, há que adoptar, quanto antes, medidas para fazer face ao impacto da recessão económica causada pela epidemia, prevenir riscos financeiros sistemáticos e reforçar a captação de negócios e de investimentos, especialmente do exterior, para assegurar a volta à normalidade da economia de Macau e aumentar as receitas do Governo.

Para além de insistir na política de “dinâmica zero”, o Governo deve seguir a política de consolidação e estabilização económica apresentada pelo Conselho de Estado, e proceder, em tempo oportuno e de acordo com a realidade, a ajustamentos flexíveis, para manter um equilíbrio entre o combate à epidemia e o desenvolvimento socioeconómico. Sugiro então o seguinte: após o abrandamento da epidemia, há que recuperar o funcionamento adequado do mercado e, com a continuação das medidas de testes de ácido nucleico e quarentena, permitir a realização de mais actividades comerciais e comunitárias, para assegurar a nossa economia. Mesmo não sendo possível passar a fronteira entre Macau e Zhuhai, nem os turistas virem aqui fazer compras, os residentes continuam a ter a necessidade de compras, e os diversos sectores de actividades não têm de sofrer com receita zero, portanto, há que assegurar que a economia comunitária mantenha, no mínimo, uma boa circulação e recupere gradualmente o seu funcionamento normal, para a sua auto-suficiência.

Na sociedade, há muitas vozes a temer que os residentes e as empresas não consigam manter a subsistência, pois as receitas diminuíram e, com a normalização da prevenção da epidemia e a recessão económica, todas as despesas estão a aumentar. Segundo os dados da Autoridade Monetária de Macau, o rácio das dívidas não pagas dos empréstimos hipotecários para habitação, o rácio de crédito vencido dos residentes e o rácio de empréstimos vencidos das empresas estão a subir e, se a situação continuar a piorar, vai ser directamente afectada a estabilidade do sistema financeiro, assim, o Governo, tendo em conta o declínio económico, deve ter políticas correspondentes para prevenir e controlar os riscos financeiros e estabilizar a economia, o sistema financeiro e o sector imobiliário, promovendo uma boa circulação interna no sistema financeiro, pois só assim será possível manter a estabilidade e a segurança do sistema financeiro de Macau, e concretizar o desenvolvimento sustentável da nossa economia.

Assim, exorto o Governo a encontrar um equilíbrio entre a prevenção da epidemia e a

retoma da economia, contemplando a conjuntura económica (macro) e implementando medidas novas para aperfeiçoar o ambiente de negócios de Macau. Deve ainda reforçar a captação de negócios e investimentos, explorar mais canais de negócios, promover o comércio electrónico transfronteiriço e mais modelos de comércio, bem como lançar mais medidas de apoio para atrair as empresas excelentes do Interior da China e do exterior para investirem em Macau, pois só com a captação de investimentos externos e talentos é que será possível vitalizar a economia, agarrar a oportunidade de recuperá-la após a epidemia, e dar mais forças estáveis e confiança à sociedade para passar as dificuldades.